

Humanitarismo e questão racial no Haiti

Franck Seguy**

Seria um erro não levar em conta o racismo na elaboração das políticas, e isso ainda vale em nossos dias.

Noam Chomsky

Resumo:

Este artigo examina as políticas humanitárias no Haiti, que carregam em si um racismo que não se expressa de forma individual, mas especialmente nas próprias estruturas que tais políticas criam ou ajudam a criar. O racismo humanitário acabou produzindo o efeito contrário de suas pretensões: encoraja os trabalhadores haitianos a fugir do país. O Brasil, ao afirmar sua disposição em receber de "braços abertos" os haitianos que querem se integrar em um processo humanitário de migração, diminui a dor de cabeça da administração estadunidense com a presença indesejada destes trabalhadores, e ganha alguns pontos na concretização da sua pretensão imperial: obter a cobiçada vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Palavras-chave: Humanitarismo; racismo; trabalhadores haitianos; Haiti.

Humanitarianism and the Racial Question in Haiti

Abstract:

This article examines humanitarian policies in Haiti, which carry a racism that is not expressed in an individual way, but rather in the very structures that those policies create or help to create. Humanitarian racism ended up producing an effect contrary to its intentions: it encourages Haitian workers to flee the country. Brazil, by affirming its disposition to welcome "with open arms" Haitians who want to join a process of humanitarian immigration, reduces the headaches of the U.S. administration with the undesired presence of these workers, and also scores points toward its own imperial objective: to obtain a seat on the U.N. Security Council.

Keywords: Humanitarianism; racism; Haitian workers; Haiti.

O governo Lula, desde o primeiro mandato, estreitou os laços com o Haiti. Esta relação foi atualizada no contexto do terremoto de 2010. Nos governos de

* Doutor em sociologia. Professor da Université d'État d'Haiti, Porto Príncipe, Haiti.
End. Eletrônico: franckseguy2@gmail.com

Lula (2003-2010) e de Dilma (2011 até a atualidade) uma série de medidas foi adotada para dar “boas-vindas” aos trabalhadores provenientes do país arrasado pelo sinistro. Estas medidas foram (e são) apresentadas como “humanitárias” e com o único propósito de beneficiar o povo daquele país. Nos discursos destes governos, o haitiano passou a gozar da reputação de boa disciplina e, além disso, não faltaram argumentos de que as empresas brasileiras preferem o trabalhador do Haiti¹. Mas o que faz uma empresa brasileira querer mais a força de trabalho haitiana do que a boliviana ou a senegalesa, por exemplo? Quais as intenções manifestas em declarações de representantes do Estado, que consistem em encorajar os haitianos a migrarem, inclusive ilegalmente, para o Brasil? Por que colocar à disposição destes trabalhadores ilegais meios de transportes gratuitos para os conduzirem até às grandes aglomerações como São Paulo, onde as possibilidades de emprego são maiores? Dentre todas as razões possíveis, a questão racial merece particular destaque na busca de respostas a estas indagações.

São muitos os trabalhadores sem documentos que migram para o Brasil e hoje mais de 60.000 haitianos já adentraram suas fronteiras. Trata-se de um rentável negócio em que coíotes e outros aliciadores lucram com dezenas de milhões de dólares. Ultrapassada a fronteira, os trabalhadores haitianos se deparam no “país de todos” com diversas formas e expressões de racismo. Por ora, cabe enfatizar que uma expressão ainda maior desse racismo vigora dentro do próprio Haiti em nome das chamadas “ajudas humanitárias”.

O professor brasileiro Ricardo Seitenfus, então Representante Especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti, foi o primeiro a denunciar, já em 2010, o terrível quadro que se instalou no Haiti:

O país oferece um campo livre para todas as experiências humanitárias. É inaceitável do ponto de vista moral considerar o Haiti como um laboratório. A reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não pelo Haiti, mas para fazer negócios (Robert, 2010)².

¹ Não é a primeira vez que uma potência imperialista que ocupa o Haiti elogia a docilidade do trabalhador haitiano. Por ocasião da ocupação estadunidense de 1915, depois de começar o desmantelamento do país, o Haiti tornou-se rapidamente “uma oportunidade de ouro para os investidores (norte-) americanos”, de acordo com um diário de New York, que, em 1926, acrescentou: “O haitiano médio é hábil com as mãos, é facilmente dirigido e produz uma dura jornada de trabalho por 20 centavos, enquanto no Panamá, o mesmo trabalho custa três dólares diários” (Chomsky, 2006).

² Ver entrevista (em francês) a Arnaud Robert, *Le Temps*, 20 de dezembro de 2010. Todas as referências a Seitenfus foram traduzidas por nós da mesma fonte.

“Humanitária” passou a ser o apelido de todas as políticas racistas, desumanas e desumanizantes concebidas e aplicadas aos haitianos nos dias de hoje. Recentemente, o povo haitiano se defrontou com mais um escândalo. A Cruz Vermelha Americana, recolheu 500 milhões de dólares em favor da reconstrução do Haiti e diz ter proporcionado casas para mais de 130.000 pessoas em... situação humanitária! No entanto, havia construído apenas seis casas no bairro Campêche, onde desenvolveu seu único projeto, o LAMIKA (acrônimo crêole de Uma Vida Melhor no meu Bairro). (Elliott e Sullivan, 2015).

Examinar o racismo vigente no Haiti implica entender que uma de suas principais características é que não somente adota formas estruturais, como também incorpora as políticas públicas cujas concepções não são desenhadas por haitianos. Em novembro de 2012, dois anos após a importação da bactéria de cólera³ pela ONU através do contingente militar nepalês da MINUSTAH, as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman do jornal *The Nation*⁴, observaram que:

(...).Várias ONGs (entre elas a UNICEF, a Cruz Vermelha inglesa e a William J. Clinton Foundation) lutaram contra a epidemia com campanhas visando informar ao público sobre a importância da higiene – e em seguida realojaram os haitianos em áreas que não tinham banheiros nem pias para lavar as mãos. Em agosto de 2011, quase um ano depois da introdução da cólera, apenas 12% das tendas instaladas pelas ONGs tinham pias. E somente 7% dos acampamentos tinham acesso à água limpa de acordo com um censo das Nações Unidas, comparados a 48% em março do ano anterior [2010]. Das 12.000 latrinas necessárias, há apenas 4.579, ou seja, 30% eram funcionais (Klarreich; Polman, 2012).

O problema não é apenas que a situação humanitária, longe de melhorar, havia piorado um ano depois do terremoto. A questão é que tanto o terremoto como a epidemia de cólera evidenciam o racismo internacional abertamente praticado no Haiti, pois ao mesmo tempo em que a vida do povo haitiano beira à desumanização quase total, os cooperantes internacionais flertam com o mais indecente luxo:

A poucos quilômetros do centro da cidade [de Porto Príncipe], encontra-se a Base Logística ou Log Base, a central de negócios das Nações Unidas e seus es-

³ A bactéria de cólera introduzida pela ONU através do contingente militar nepalês da MINUSTAH foi diagnosticada nove meses depois do terremoto, no dia 19 de outubro de 2010. Em pouco tempo, ela se espalhou por todo o território haitiano. No momento em que escrevemos, são cerca de 900.000 pessoas infectadas, das quais 9.000 já perderam a vida.

⁴ A reportagem em questão foi publicada na edição de 19 de novembro de 2012, com o título provocador de *The NGO Republic of Haiti* (A República ONG do Haiti). Tradução nossa.

forços de reconstrução. Trata-se aqui de outro mundo. Dentro do imenso prédio encontram-se ‘trailers’ novos, carros de golfe e mais banheiros públicos novinhos do que em qualquer lugar no Haiti. (Log Base não está infetada de micróbios ou de cólera!) Vasos de flores alinham-se nos corredores e umectantes derramam gotas de água refrescante no terraço de um restaurante cujo cardápio oferece sushi, arroz jasmim, batatas alemãs, pão de queijo brasileiro, shawarmahalal e sorvete Haagen-Dazs. O dólar americano, e não a gurde haitiana, é a moeda básica aqui. [1 dólar = 54 gurdes] (Klarreich; Polman, 2012).

Ninguém dentre os arautos do humanitarismo sente vergonha em construir dois mundos lado a lado. Para eles, o fausto pomposo; enquanto a abjeta miséria fica para os desabrigados haitianos. Klarreich e Polman traduzem a essência de como a cooperação internacional sempre lidou com o Haiti:

Logo após o terremoto, Log Base tornou-se o centro nevrálgico dos esforços de reconstrução, o lugar onde organizações de ajuda podiam coordenar suas estratégias de reconstrução. Havia mais de 70 reuniões por semana entre as organizações humanitárias e outros membros interessados. Poucos haitianos têm acesso ao interior, para isso, é preciso documentos de identificação e um convite de alguém de dentro, luxo que poucos têm. E quando eles o têm, é para se darem conta de que as reuniões ocorrem em inglês e não em créole ou francês. Quando um comitê de coordenação das ONGs foi montado em julho de 2010 em Log Base, 60 organizações internacionais votaram, mas dado que não tinha ONGs locais, os haitianos não foram representados (Klarreich; Polman, 2012).

As duas jornalistas não podiam concluir sem uma ponta de ironia: “Bem-vindo à República ONG do Haiti, o frágil Estado nascido em decorrência dos esforços de reconstrução após o terremoto”. De fato, das políticas públicas implementadas no Haiti sob a forma de intervenções humanitárias brotam todos os germes que, cedo ou tarde, acabam pervertendo suas possíveis e escassas realizações. Lyonel Trouillot (2010) acertou quando percebeu que

A ação humanitária carrega dentro de si essa contradição de que, ao declarar querer atender problemas emergenciais, justifica ao mesmo tempo sua própria existência. A ação humanitária não vem somente para ajudar, ela vem também para comprovar sua necessidade. Torna-se assim impossível ao humanitário pensar seu desaparecimento.

Levando as reflexões mais adiante, o racismo encontra-se na gênese ontológica do ser humanitário que perambula em carros de luxo no Haiti. Concordando com Lyonel Trouillot (2010), o humanitário pode até ter parceiros locais, mas ele não tem iguais. Sozinho ele conceitua as necessidades dos outros, assume a função

autor, sabe o que veio fazer e o que tem de fazer. Em campo, ele não discute, recruta. Como o Haiti foi declarado inapto a se autogovernar, o humanitário se encarrega sozinho de realizar tal desempenho sempre que houver oportunidade.

Mecanismos da subalternização

Um historiador norte-americano, Hans Schmidt, relatou o pronunciamento emitido pelo subsecretário do Estado, William Philipps, em relação à República do Haiti, pouco antes da primeira invasão militar norte-americana, em 1915: “Trata-se de um povo inferior, incapaz de manter o grau de civilização que lhe deixaram os franceses ou de desenvolver a mínima aptidão à autonomia que dar-lhe-ia direito ao respeito e à confiança da comunidade internacional” (Schmidt apud Chomsky, 2006)⁵. Sobre a tal “civilização francesa” deixada para 90% da população haitiana, Noam Chomsky observa que não é preciso desperdiçar muitas palavras. Apenas recorre ao relato de um ex-escravo que diz:

penduravam as pessoas de cabeça para baixo, afogavam-nas em sacos, crucificavam-nas sobre tábuas, enterravam-nas vivas, esmagavam-nas em almofarizes [...], forçavam-nas a comer merda, [...] descartavam-nas vivas para serem devoradas pelos vermes, ou em formigueiros, ou ainda prendiam-nas firmemente em estacas em pântanos para serem devoradas pelos mosquitos, [...] lançavam-nas em caldeirões ferventes de xarope de bengala” – isto, quando “não esfolavam-nas com chicotadas” a fim de extrair a riqueza que contribuiu para dar à França o seu ingresso no clube dos ricos. (Chomsky, 2006).

O mesmo subsecretário de estado preconizou uma política de invasão e instauração de um governo militar norte-americano. E em 1915, aplicando suas ideias, o presidente Woodrow Wilson simplesmente decidiu ocupar militarmente o Haiti. A história dos assaltos contra o Haiti, que tomou um rumo ainda mais trágico nos dias atuais, “constitui também uma história do racismo na civilização ocidental” (Galeano, 2010). Chomsky já havia alertado para a ingenuidade de não levar em conta o elemento do racismo na elaboração das políticas.

De fato, o racismo vigente no Haiti não deixa livre um campo sequer onde o haitiano é tratado como igual ao cooperante. A concepção do que se deve fazer é de autoria do cooperante, mas mesmo na execução, o haitiano não passa de coadjuvante, como demonstra o relatório da Rede Nacional de Defesa dos

⁵ As citações de Chomsky (2006) podem ser acessadas no Capítulo 8 da versão eletrônica da sua obra disponível em http://www.chomsky.fr/livres/an501_08.html. As traduções para o português são nossas.

Direitos Humanos (RNDDH) “12 de janeiro de 2010 a 12 de janeiro de 2014: quatro anos de sofrimento com o espectro de um futuro sombrio”:

Com a saída das organizações humanitárias internacionais, a corrida dos expatriados parou. Estes, especialistas de todas as categorias, se enriqueceram em detrimento da população haitiana que poderia ter se beneficiado destas atividades geradoras de renda para se recuperar.

[...]

Em detrimento das empresas haitianas de construção, as obras recenseadas neste relatório, foram confiadas a empresas estrangeiras, com preferência acentuada para as empresas da República Dominicana, como se as empresas haitianas existentes não pudessem realizar grandes obras de construção. Ao fazer isso, o governo Martelly / Lamothe reduziu as oportunidades de emprego que poderiam ter beneficiado aos haitianos e abriu o mercado de trabalho, já restrito, a estrangeiros. (RNDDH, 2014: 12).

Os melhores empregos em termos salariais são oferecidos pelas ONGs, com o detalhe de que são concedidos aos cidadãos de países estrangeiros – os haitianos tendo que se satisfazer com as posições subalternas ou de segunda classe. Nenhum estrangeiro que deixou seu país à procura de emprego na cooperação internacional no Haiti é tratado como *imigrante*. São chamados de expatriados. Essas designações são carregadas de forte ideologia. O imigrante, no geral, é um candidato aos empregos mais precários e degradantes, enquanto o expatriado é um dominante, um representante de seu país imperialista ou subimperialista numa sociedade periférica. E atua dentro da habitualmente chamada cooperação bi ou multilateral. Mesmo sem perceber, o expatriado desempenha um papel altamente político.

As reuniões para ajudar os haitianos são conduzidas em inglês ... Os contratos são concedidos às empresas estrangeiras. A ajuda é distribuída a organizações de outros lugares ... independentemente da sua experiência ...

Aconteceu o que devia acontecer... essas empresas estrangeiras, essas ONGs estrangeiras (todas do “primeiro mundo”) recebem fundos, mas, ignorando tudo do país, terceirizam seu trabalho. Um profissional haitiano qualificado (alias é ele que assessora e executa o trabalho) será pago US\$2,000 enquanto um menino de olhos azuis irá de “cluster” em “cluster” onde supostamente se coordena a ajuda (sem jamais conseguir) por um salário três vezes maior. Sim, sim. O salário inicial de um “internacional” é US\$6,000. (Promundia Medica, 2011).

Existe algo que garante que a proliferação de ONGs estrangeiras seja mais eficaz nos serviços prestados aos haitianos do que um suporte mais modesto em termos de empregos? Há evidências de que projetos concebidos e realizados

por haitianos, com mecanismos rigorosos de controle e com assistência técnico-intelectual por parte dos financiadores nas áreas em que forem necessários, teriam menos sucesso? Para o diplomata brasileiro, Ricardo Seitenfus, em posição ideal para saber o que fazem as ONGs no país, a realidade empírica mostra que desde o terremoto, o Haiti se tornou uma encruzilhada:

Para as ONGs transnacionais, o Haiti tem se transformado em um lugar de passagem obrigatória. Eu diria ainda pior que isso: de formação profissional. A faixa etária dos cooperantes que chegaram depois do terremoto é muito baixa; eles desembarcam no Haiti sem nenhuma experiência. Enquanto isso, o Haiti, posso lhe garantir, não é propício aos amadores. Depois do dia 12 de janeiro, por causa do recrutamento maciço, a qualidade profissional tem diminuído muito. Existe uma relação maléfica ou perversa entre a força das ONGs e a fraqueza do Estado haitiano. Algumas ONGs existem somente por causa do infortúnio haitiano (Robert, 2010).

Apesar do discurso de que a cooperação humanitária traz empresas humanitárias para criar empregos humanitários aos haitianos, a Internacional Comunitária não considera o governo haitiano, tampouco seus trabalhadores.

Precariedade e empregos humanitários

O relatório Collier⁶, publicado em janeiro de 2009 (um ano antes do terremoto), definiu para o Haiti “*Uma estratégia realista para uma segurança econômica rápida*”. O emprego é apresentado como fundamental, pois confere

dignidade aos jovens e permite a eles estruturar a sua vida, [tendo em vista que] no presente momento, somente uma fração da população ativa tem emprego na economia formal. [De modo que] conseguir um visto para emigrar representa tudo o que os jovens querem, atitude esta que é manifestamente nefasta. (2009: 9).

A falta de empregos formais, evocada pelo economista, como se fosse a única causa da tendência à migração dos jovens haitianos, pode se revelar no mínimo duvidosa. Estima-se que a proporção de haitianos possuidores de diplomas superiores que estão fora do Haiti está acima de 80%. E a tendência é de que até 90% desses jovens continuem deixando o país a cada ano. Trata-se da chamada *fuga de cérebros*. A política migratória de um país como o Canadá, onde se concentra parte considerável destes haitianos, não oferece quase nenhuma possibilidade para um desempregado obter o visto permanente oferecido desde

⁶ Nome do economista, da Oxford University, enviado pela ONU para estudar o mercado haitiano.

Porto Príncipe⁷. Somente os candidatos titulares de diplomas superiores e/ou universitários são elegíveis. O candidato deve, entre tantos outros requisitos, pagar pelo estudo de seu dossiê uma taxa de no mínimo 1.000 dólares, inacessíveis a um desempregado sem fonte de renda. Além disso, o candidato deve comprovar a capacidade financeira de se manter no Canadá nos meses iniciais antes de conseguir seu primeiro emprego. Isto significa que os haitianos alvos da política migratória canadense em hipótese alguma podem ser desempregados.

Os haitianos que emigram para o Canadá fazem parte da seletíssima categoria dos que têm *bons* empregos, mas estão insatisfeitos com as condições gerais de vida no Haiti. Muitos teriam se resignado a deixar o país por não aguentarem mais as variadas dimensões da precariedade da vida quotidiana. Portanto, analisar a imigração haitiana no seu conjunto apenas como economicamente motivada, não está muito longe do superficial, da generalização rápida e expressa uma preguiça intelectual que sacrifica a diferença essencial à uniformidade (Bricmont 2006).

Dos ricos haitianos, muitos têm apenas seus comércios no país, onde permanecem de segunda a quinta-feira à tarde, quando se juntam às suas famílias que residem na Flórida; sua prole é educada longe do Haiti; seus impostos são pagos nos Estados Unidos. Quanto às “classes médias”, elegeram há muito tempo a República Dominicana como destino para passar seus finais de semanas, apesar do preconceito anti-haitiano ali vigente. Aliás, na República Dominicana os terminais rodoviários que fazem o percurso Haiti-São Domingos oferecem atendimento específico aos soldados da Minustah que queiram gastar seu gordo salário, pois o Haiti é considerado um território para se enriquecer, não para gastar⁸. Para o haitiano comum, isto é a esmagadora maioria, a precariedade é a única regra.

O relatório Collier também traz sua compreensão sociológica segundo a qual a falta de emprego na economia formal seria a razão de os jovens não conseguirem estruturar sua vida de maneira digna. Este entendimento levou o economista da Oxford University a apostar na “reconstrução da infraestrutura e expansão das zonas francas industriais”, como “estratégia realista de geração massiva de empregos produtivos no Haiti” (2009: 10). Robert Castel (1998), bem antes de Paul Collier, havia apostado na capacidade da relação salarial de substituir a precariedade pela proteção social. No entanto, é justamente “em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da

⁷ O Brasil não é o único nem o primeiro país a oferecer visto permanente a haitianos a partir do Haiti.

⁸ “Assim como era São Domingos no tempo da colônia, o Haiti é um país de trânsito aonde aventureiros de todos os tipos vêm viver unicamente para se enriquecerem sem se preocuparem com considerações éticas” (Pean, 2005: 84).

anarquia da reprodução do capital, [que] a precariedade é constitutiva da relação salarial” (Braga, 2012: 17). Ao reduzir à expansão de zonas francas industriais toda a participação do Haiti na divisão internacional do trabalho, Collier ratificou a precariedade enquanto condição de existência do assalariado haitiano no seu conjunto. E conseqüentemente, as condições sociais com rosto de *capitalismo epiperiférico*⁹ que estruturam a vida dos trabalhadores haitianos – reforçadas pelas propostas de Collier –, os constituem definitivamente como um precariado, isto é, como uma classe trabalhadora dentro de uma formação social cuja norma de existência é, e só pode ser, a precariedade.

Com 78% da população em situação de pobreza (menos de 2 dólares por dia) – 54% em pobreza extrema (menos de 1 dólar por dia) – a precariedade não atinge apenas uma parte da sociedade haitiana, muito menos um segmento da classe trabalhadora: ela é a norma cotidiana da existência. O salário mínimo está em torno de 4 dólares diários. Os grupos mais qualificados e mais bem remunerados (os setores profissionais) não conseguem garantir uma vida digna e estruturada. Se conseguissem, não deixariam o país à procura de vida digna e estruturada em outros países, onde são forçados a recomeçar novos percursos profissionais a partir do zero – e muitas vezes, em condições que não aceitariam no Haiti de modo algum (Barette, 2014).

No campo das ONGs onde o salário é mais consistente, o emprego se obtém a partir de projetos financiados. À exceção dos organismos que integram a ossatura permanente do sistema de cooperação e de intervenção internacional, todo o restante funciona com base em contratos a tempo parcial. Isto é, apesar do salário invejável, seus contratantes não têm a carreira garantida, por conseguinte,

⁹ O trabalhador haitiano hoje é explorado por capitalistas de outras formações sociais que já se encontram na periferia do capitalismo. Enquanto na primeira experiência de zonas francas no Haiti desde a década de 1960, as empresas norte-americanas mesmas haviam tomado conta do mercado, atualmente os EUA reduziram seu papel a estabelecer o quadro jurídico-legal para outras empresas de países como Vietnã, Coreia do Sul, República Dominicana etc. atuarem em benefício dos produtores. Enquanto os EUA ocuparam militarmente o Haiti no início do século XX, hoje, quando surge a necessidade de nova ocupação militar, esta é terceirizada a outros exércitos oriundos de formações sociais capitalistas periféricas. Os batalhões que compõem a Minustah provêm de países asiáticos como Bangladesh, Nepal, Sri Lanka, Filipinas, Tailândia, Indonésia, Jordânia, Kirghizistão, Yemen além de países africanos como Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Costa do Marfim, Egito, Guiné, Guiné-Bissau, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Togo; e sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Peru, Paraguai, Uruguai.

Essas observações nos levaram a forjar o ousado conceito de *epiperiferia*. O Haiti, a nosso ver, é duplamente periférico: está na periferia dos EUA e ao mesmo tempo na periferia de outros que também são países periféricos. Isso não significa que elementos do mesmo tipo não possam estar presentes em outros países, mas chama a atenção a forma como estas relações se combinam no Haiti. Ver o primeiro capítulo de nossa tese de doutorado, onde abordamos mais amplamente o conceito de *epiperiferia* (Seguy, 2014).

não desfrutam da estabilidade em longo prazo. O controle do tempo, portanto, desempenha papel crucial na precarização do trabalho.

Ruy Braga, ao examinar o caso brasileiro, procurou diferenciar analiticamente o precariado do pauperismo (e do lumpemproletariado), pois entendeu que “os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (Braga, 2012: 19). Braga se afasta da abordagem de Robert Castel (2006) para o qual, de “etapa na trajetória profissional”, a precariedade tende a se transformar em “um regime de cruzeiro, uma condição permanente, ou um registro ‘regular’ da organização do trabalho”. Admitindo que o atual regime capitalista, que cria enorme quantidade de riquezas é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir o pleno emprego, Castel (2006) sinaliza:

esse estatuto paradoxal do “precariado” (ume precariedade permanente) se deve ao fato da existência do não-emprego de massa que não é desemprego propriamente dito, se por desemprego chama-se uma situação de privação de emprego na qual existem “candidatos a empregos” à espera de conseguir um emprego. Desde os últimos 20 anos tem se constituído na nossa sociedade um conjunto, representando algo em torno de 10% da população ativa, que não tem emprego e que, se tudo permanecer igual, não terá emprego.

Para Castel, a precariedade toma conta de um conjunto populacional que o capitalismo não consegue integrar no assalariamento. Neste caso, o precariado estaria à margem do proletariado. Braga destaca, por sua vez, que a precariedade “nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema” (2012: 19), e sobressai, dentro do proletariado, o precariado como a fração mais mal paga e explorada. O caso haitiano não permite estabelecer tais diferenças pelo fato de que no Haiti não há como identificar, seja dentro do proletariado urbano seja nos trabalhadores agrícolas, alguma fração bem paga. O papel do Haiti na divisão internacional do trabalho simplesmente não oferece esse luxo ao proletariado haitiano. Sem esquecer também que se o assalariamento fosse o critério, a sociedade haitiana poderia se definir tanto pelo trabalho (vínculo empregatício) quanto pela ausência dele.

Enquanto, para Castel, o precariado é um paradoxo do atual regime capitalista que produz suas riquezas produzindo simultaneamente excluídos da relação salarial e que Ruy Braga realça o lugar integrante do precariado no coração do proletariado periférico, nossas observações nos impedem de generalizar esse estatuto ao conjunto do proletariado haitiano, pois ele é a regra geral, ao passo que grupos bem remunerados e tendencialmente estáveis são escassas exceções. As lutas em torno do salário mínimo, no final de 2013 e início de 2014 ilustraram a imposição deste precariado como condição existencial do futuro de

trabalhadore(a)s haitiano(a)s. A inclusão socioeconômica do proletariado haitiano ocorreu junto com o aprofundamento da sua exploração econômica e da sua precarização. De acordo com o artigo 2.2 da lei de 2009, sobre o salário mínimo, nos estabelecimentos industriais de reexportação o salário mínimo passaria a ser de 200 gurdes a partir de 2012. Ora, o estudo da *Solidarity Center* (2011) indica que para um trabalho semanal padrão de 48 horas (8h/dia, 6 dias/semana), este trabalhador deveria receber pelo menos 1.152 gurdes haitianas por dia, ou cerca de nove vezes o salário mínimo vigente, para ganhar um salário digno.

O discurso de Collier de criar empregos para que os jovens haitianos possam estruturar uma vida digna e sua política de implementá-los em zonas francas, com salário de 200 gurdes, expressa o racismo na sua forma estrutural. Trata-se de um tipo de emprego que apenas os mais precários do conjunto do precariado haitiano aceitam com a expectativa de juntar um pouco de dinheiro, suficiente para abrir um pequeno comércio: feirante, camelôs etc. Quando se dão conta da impossibilidade de somar o dinheiro esperado, a emigração se impõe como uma das saídas mais desejáveis.

E quando se investiga a natureza contraditória das relações sociais que motivam a tendência à emigração, todas as observações apontam para três saídas individuais. Para os profissionais diplomados, o emprego mais cobiçado passa pelas ONGs e demais organismos de cooperação internacional; para a massa dos outros trabalhadores mais precários, o empresariado humanitário impõe empregos nas Zonas Francas Industriais. Para todos, a alternativa às duas primeiras é a emigração, que adota direção diferente: o Canadá para os diplomados; o Brasil e as Antilhas para os demais.

Racismo e modernidade

Essa maneira de lidar com o povo negro é parte constitutiva da essência da civilização moderna. A este respeito, é emblemático o discurso de Victor Hugo¹⁰ sobre a África, pronunciado na ocasião do 31º aniversário da abolição da escravidão, em Paris, no dia 18 de Maio de 1879 (quem se lembrou que a escravidão havia sido abolida no Haiti desde 1791?), pois desvenda o que significa para o Ocidente modernizar o mundo. O autor apresenta o Mar Mediterrâneo como um lago que tem *“de um lado toda uma civilização, e do outro toda uma barbárie”* (Grifo nosso). E não deixa dúvidas sobre o que está em cada margem, posto que:

As partes traduzidas são extraídas da versão original em francês: “Victor Hugo et l’Afrique ou le mépris paternaliste”. Disponível em: <http://www.africultures.com/php/?nav=murmure&no=6206>. Acesso 03 de março de 2014.

[...] A Ásia tem a sua história, a América tem a sua história, a própria Austrália tem a sua história que data do seu começo na memória humana; a *África não tem história*; uma espécie de legenda vasta e escura a embrulha. [...] *Esta África selvagem tem apenas dois aspectos: povoada, é a barbárie; deserta, é a crueldade*, mas não se esconde mais. [...] No século dezenove, o Branco fez do Negro um homem; no século vinte, a Europa fará da África um mundo. Refazer uma África nova, tornar a velha África manejável à civilização, eis o problema. A Europa o resolverá. *Vão, Povos! Apropriem-se desta terra. Tomem-na. A quem? A ninguém. Tomem esta terra a Deus. Deus dá a terra aos homens. Deus dá a África à Europa. Tomem-na*". (Grifos do autor)

Essas declarações bastariam por si só, não fosse a capacidade de alguns em projetar uma distância entre seu ser e sua história, e de dar à história o olhar sereno e frio, isto é, do branco como observou Sala-Molins (2008). A pretensa distância entre 1879 e as mudanças superficiais ocorridas no intervalo poderiam servir de alibi para situar Victor Hugo no passado, como se nos dias de hoje fossem diferentes, mas este discurso se atualiza no século XXI. Em 26 de julho de 2007, durante sua primeira viagem ao Senegal, o então presidente da França, Nicolas Sarkozy expressa o espírito de seu tempo, clamando a sua vontade de mudar o estado de inferioridade em que permanece o africano: "*O drama da África é que o Homem africano ainda não entrou o bastante na história*"¹¹.

O pronunciamento de Sarkozy proferido no simbólico recinto da Universidade Cheikh Anta Diop, de Dakar, obriga os intelectuais contemporâneos que consideram anacrônico criticar o racismo de um autor pelo fato de ser do século XIX, a rever seus (prê)conceitos. A acusação de anacronismo lançada contra qualquer crítica ao racismo dos civilizadores coloniais/modernos do século XIX se parece com um argumento de autoridade numa tentativa desesperada de limpeza de consciência por parte de filhos envergonhados por carregar uma maldita herança dos pais, mesmo usufruindo desta. A ontologia do ser social desenvolvida pelos revolucionários haitianos no final do século XVIII e que serviu de matéria-prima para a elaboração da dialética do próprio Hegel¹² mostra que nunca houve fatalidade histórica predestinando qualquer autor do século XIX a ser racista. A ideologia racista, embora tenha mudado de retórica permanece intacta.

A este respeito, Hegel, cuja filosofia é considerada a base de *todo o pensamento moderno*, é franco e direto: "O continente África não é muito interessante do ponto de vista da sua história, mas pelo fato de que lá vemos o homem em um

¹¹ O discurso de Sarkozy, de aproximadamente 50 minutos, foi removido do site oficial do governo francês, mas está disponível em: <http://www.afrik.com/article12199.html>. Acesso: 03 de março de 2014.

¹² Ver Buck-Morss (2000).

estado de barbárie e de selvageria que lhe impede **ainda** de fazer parte integrante da civilização” (2006: 247. Grifo nosso). A palavra “ainda” sugere a ideia de que a participação do Continente África na “civilização” não chegaria antes da intervenção ocidental. Por isso é que a missão “civilizatória” neste Continente cabe aos pregadores da modernidade.

Sem a injeção de ideias como as de Hegel que divide a humanidade em raças para desumanizar uma parte dela com base na cor da pele, teria sido praticamente impossível justificar a colonização e a escravização tanto aos olhos do povo colonizador, como do povo colonizado. Como bem expressou Walter D. Mignolo, a “colonização do ser consiste em nada menos que gerar a ideia de que certos povos não formam parte da história, de que não são seres”. (2007: 30).

Considerações finais

Pode se dizer que por trás das diversas propostas do imperialismo humanitário, existe cientemente ou não uma escolha sem disfarce: continuar promovendo a *fuga dos cérebros* dos universitários haitianos enquanto se importa “cérebros internacionais” e expatriados com altos salários para cumprirem tarefas que o profissional haitiano forçado a emigrar sem dúvida cumpriria com maior qualidade. Aliás, boa parte desses “internacionais” pode ser de haitianos que emigraram para outros países, sobretudo da América do Norte, e que se tornam titulares de segundos passaportes.

Há pouco tempo, a inquietação parecia consistir apenas em encontrar um meio para diminuir o fluxo de imigrantes pobres e analfabetos indesejados para esta região. O nó do problema até então talvez fosse que o salário oferecido (nos grandes ramos definidos para o Haiti: zonas francas, agroindústrias, turismo, minas etc.) não possuía nem de longe a virtude esperada de dissuadi-los a não tomarem os rumos da emigração.

As declarações dos dirigentes brasileiros em receber todos os haitianos pouco qualificados de braços abertos parecem capazes de diminuir a dor de cabeça da administração estadunidense com a indesejada presença destes trabalhadores. Ou seja, até a emigração dos haitianos se tornou terceirizada, enquanto o país se depara com um reforço ainda maior de seu estatuto de país *epiperiférico*. Neste sentido, podemos apostar que o Brasil vem ganhando alguns pontos na concretização da sua pretensão imperial e, quem sabe, com isso, chegue a obter a tão cobiçada vaga permanente do Conselho de Segurança da ONU!

O que se evidencia, entretanto, é que os trabalhadores do Haiti continuam se defrontando com o novo racismo dos velhos ideais de colonização. E em nome do humanitário, seu país serve claramente de laboratório para as experimentações manipuladoras. A ajuda humanitária é, *in fine*, a roupa nova do novo imperador!

Bibliografia

- BARRETTE, Yanick (2014). *Du racisme... Où ça? Au Québec?*. Disponível em: http://quebec.huffingtonpost.ca/yanick-barrette/du-racisme-ou-ca_b_4717334.html. Acesso em 16 de maio de 2015.
- BRAGA, Ruy (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo editorial.
- BRICMONT, Jean (2006). *L'impérialisme humanitaire*. Québec: Lux Éditeur.
- BUCK-MORSS, Susan (2000). Hegel and Haiti. *Critical Inquiry*, vol. 26, n. 4.
- CASTEL, Robert (2006). Et maintenant, le “précariat”... Disponível em: http://www2.univ-paris8.fr/~fcastaing/IMG/pdf/Microsoft_Word_-_precariat.pdf. Acesso 12 de fev. de 2014.
- CHOMSKY, Noam (1993). *Year 501: The Conquest Continues*. Boston: South End Press, 1993.
- COLLIER, Paul (2009). Haïti: des catastrophes naturelles à la sécurité économique. *Rapport au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies*. Disponível em: http://www.haitimonde.com/capsules/IMG/pdf/Collier_Rapport_sur_Haiti.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2010.
- ELLIOTT, Justin; Laura SULLIVAN. *How the Red Cross Raised Half a Billion Dollars for Haiti and Built Six Homes*. Even as the group has publicly celebrated its work, insider accounts detail a string of failures. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/how-the-red-cross-raised-half-a-billion-dollars-for-haiti-and-built-6-homes>. Acesso em 03 de junho de 2015.
- GALEANO, Eduardo (2010). *Haití: Los pecados de Haití*. 20 jan. 2010 [1996]. Disponível em: <http://servindi.org/actualidad/opinion/21526>. Acesso em 09 de dezembro de 2010.
- HEGEL, Georg W. F. (2006). *La raison dans l'histoire*. Paris.
- HUGO, Victor (1879). Victor Hugo et l'Afrique ou le mépris paternaliste. Disponível em: <http://www.africultures.com/php/?nav=murmure&no=6206>. Acesso em 03 de março de 2014.
- KLARREICH, Kathie; POLMAN, Linda (2012). The NGO Republic of Haiti. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/170929/ngo-republic-haiti#>. Acesso em 29 de novembro de 2012
- MINGOLO, Walter D. (2007). *La Idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa.
- PÉAN, Leslie J. R. (2000). *Économie politique de la corruption (De Saint Domingue à Haïti 1791-1870)*. Port-au-Prince: Éditions Mémoire.

- RÉSEAU National de Défense des Droits Humains (RNDDH) (2014). 12 janvier 2010 - 12 janvier 2014 : *Quatre ans de souffrance avec le spectre d'un sombre avenir*. Disponível em: <http://rnddh.org/content/uploads/2014/01/S%C3%A9isme-12-janvier-2014.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro de 2014.
- ROBERT, Arnaud (2010). *Haiti est la preuve de l'échec de l'aide internationale*. Disponível em: http://www.letemps.ch/Page/Uuid/2a1b8ad0-0bb8-11e0-91f4-4e4896afb502/Ha%C3%AFti_est_la_preuve_de_l%C3%A9chec_de_lai-de_internationale. Acesso em 4 de março de 2014.
- SALA-MOLINS, Louis (2008). *Les misères des Lumières*. Sous la Raison l'outrage. Paris: Homnisphères.
- SARKOZY, Nicolas (2007). *Allocution de Nicolas Sarkozy*, prononcée à l'Université de Dakar. 26 de julho. <http://www.afrik.com/article12199.html>. Acesso em 03 de março de 2014
- SEGUY, Franck (2014). *A catástrofe de janeiro de 2010, a 'Internacional Comunitária' e a recolonização do Haiti*. Tese de Doutorado (Sociologia). Universidade Estadual de Campinas.
- SOLIDARITY CENTER (2011). A post-earthquake living wage estimate for apparel workers in the SONAPI Export Processing Zone. Disponível em: http://www.solidaritycenter.org/Files/haiti_livingwagesnapshot030311.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2014.
- TROUILLOT, Lyonel (2010). *Haiti: "le Bien et le Mal..."* Disponível em: <http://humanitaire.revues.org/881>. Acesso em 31 de janeiro de 2014.